

UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA



DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

MESTRADO EM ARQUITECTURA

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

“LUÍS DE CAMÕES”

Transformação da Cidade Contemporânea.

Intervenção em Alcântara

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Arquitectura

Autor: Hugo Miguel de Figueiredo Vaz Saraiva

Orientadores: Professora Architecta Inês Varela Maia Lobo e Professora Architecta Marta Sequeira Carneiro

Número de candidato: 30008872

Setembro de 2024

Lisboa

Sumário

No século XIX, o território da cidade de Lisboa abrangia apenas uma pequena fração da sua atual extensão. Foi ao longo do século XX que a cidade se expandiu rapidamente, ocupando montes e vales que, até então, eram utilizados para a agricultura. Este crescimento, no entanto, nem sempre foi realizado de forma sustentável, resultando na sobrecarga de áreas localizadas em vales — muitas delas leitos de cheia — com construções de qualidade deficiente e infraestruturas intensivas. Como consequência, essas zonas apresentam hoje problemas significativos de habitabilidade e de integração com a malha urbana consolidada. Nos últimos anos, tem havido um movimento crescente a favor da renaturalização destes territórios, com o objetivo de restaurar o equilíbrio ecológico perdido. Nesta tese, propõe-se uma abordagem diferente: em vez de uma renaturalização integral, sugere-se a supressão estratégica de algumas infraestruturas e construções, especialmente aquelas que inviabilizam a coexistência sustentável do território com o ambiente natural. Além disso, é proposta a reconversão de grande parte das estruturas já existentes, adaptando-as para que possam integrar-se harmoniosamente com os sistemas hídricos e com o contexto urbano. O vale de Alcântara é utilizado como caso de estudo para explorar esta estratégia de transformação e adaptação.

Palavras chave: Alcântara, Renaturalização, Requalificação, Transformação.

Abstract

The territory of the city of Lisbon occupied, in the 19th century, only a small area of its current extent. During the 20th century, and quickly, the city spread across hills and valleys, previously cultivated. This occupation was not always carried out in a sustainable way, having been overloaded, often with deficient constructions and intense infrastructure, territories that, as they are located in valleys and, consequently, in floodplains, are today disjointed and with deficient habitability properties. Many have proposed a true renaturalization of these territories, in a kind of attempt to go back in time, recovering what had been lost. In this thesis, however, another hypothesis is proposed: that of strategically suppressing some of the existing infrastructures and constructions — essentially those that categorically prevent these territories from surviving in a sustainable way —, but above all transforming a large part of what has already been built, transforming existing structures into elements that can co-exist with water systems and the urban context. The Alcântara valley is taken as a case study.

Key-words: Alcântara, Renaturalization, Requalification, Transformation.

ÍNDICE

ÍNDICE DE IMAGENS	4
INTRODUÇÃO	8
I - RECONHECIMENTO	10
Transformação Morfológica do Vale de Alcântara	10
O Caso do Casal Ventoso	16
II - ESTADO DA ARTE	19
Plano Verde de Gonçalo Ribeiro Telles	19
Projecto do Corredor Verde Estruturante do Vale de Alcântara, CML	21
III - SOBRE A IMPORTÂNCIA DA REQUALIFICAÇÃO DO VALE DE ALCÂNTARA	23
IV - ALMOST NEVER DEMOLISH	31
Hipótese	31
Objectivos	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

ÍNDICE DE IMAGENS

01. Estudo da Paisagem, hipsometria. Autor: Manuel Fernandes de Sá, Lda. Fonte: Câmara municipal de Lisboa, Plano de Urbanização de Alcântara. Volume I - Relatório análise. Lisboa, Julho (2011).
02. Mapa de Lisboa - Cartografia de zonas críticas de inundações. Fonte: desenho do autor
03. Estudo da Paisagem, frente ribeirinha. Autor: Manuel Fernandes de Sá, Lda. Fonte: Câmara municipal de Lisboa, Plano de Urbanização de Alcântara. Volume I - Relatório análise. Lisboa, Julho (2011).
04. Detalhe de desenho de 1582 representando a passagem da ponte de Alcântara das tropas do Duque de Alba, após a vitória em 1580 sobre as forças de D. António, Prior do Crato. Fonte: CIRA Arqueologia - Vila Franca de Xira: Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira, n.º 6, p. 182.
05. Planta do local da Ponte e as suas circunvizinhanças, mostrando as obras projectadas e em execução. Autor: Gustavo de Matos Sequeira. Fonte: Olisipo: Boletim do grupo «Amigos de Lisboa». N.º 18. Lisboa, Abril (1942). [Hemeroteca Municipal de Lisboa, ISSN: 0873-609X]
06. O termo de Lisboa - Os limites da cidade de Lisboa. Autor: Augusto Vieira da Silva. Fonte: Biblioteca de estudos olisiponenses. Dispersos. Volume I. Lisboa, (1968). [Biblioteca Nacional de Portugal, C.G. 7099 P]
07. O termo de Lisboa - Os limites da cidade de Lisboa. Autor: Augusto Vieira da Silva. Fonte: Biblioteca de estudos olisiponenses. Dispersos. Volume I. Lisboa, (1968). [Biblioteca Nacional de Portugal, C.G. 7099 P]
08. Lavagem de roupa na ribeira de Alcântara, na zona da Quinta da Rabicha. Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa: Dezembro (2023). Disponível em: <https://informacao.lisboa.pt/reportagens/caneiro-de-alcantara>

09. Caneiro de Alcântara, obras de cobertura da ribeira de Alcântara junto da Ponte Nova - 1945. Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa: Dezembro (2023). Disponível em: <https://informacao.lisboa.pt/reportagens/caneiro-de-alcantara>
10. Obras de canalização e cobertura da ribeira de Alcântara. Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa: Dezembro (2023). Disponível em: <https://informacao.lisboa.pt/reportagens/caneiro-de-alcantara>
11. Artigo sobre o Casal Ventoso. Fonte: diário de Notícias, Lisboa Abril 1994.
12. Vista aérea do Casal Ventoso, Fonte: google earth
13. Rua da Quinta do Loureiro. Fonte: do autor
14. Rua da Quinta do Loureiro. Fonte: do autor
15. Rua da Quinta do Loureiro. Fonte: do autor
16. Rua Fábrica da Pólvora. Fonte: do autor
17. Rua Fábrica da Pólvora. Fonte: do autor
18. Esquema sobre paisagem global. Autor: Gonçalo Ribeiro Telles. Fonte: SANTOS, Ana Isabel Figueiredo - Desenhar a paisagem global. Évora, 2018. Relatório de Estágio, apresentado à Escola de Ciências e Tecnologia, departamento de paisagem, ambiente e ordenamento, Mestre em Arquitectura Paisagista (polic.^a).
19. Corredor verde do Vale de Alcântara. Autor: Câmara Municipal de Lisboa. Fonte: Projecto C.M. Lisboa.
20. Entrevista Da/UAL Junho 2024. Fonte: do Autor.

21. Plantas de construção existente - Piso Térreo. Fonte: desenho do autor
22. Plantas de construção existente - Piso 2 a 5. Fonte: desenho do autor
23. Plantas de construção existente - Piso 6. Fonte: desenho do autor
24. Axonometria Geral de construção existente. Fonte: desenho do autor
25. Axonometria - construção existente piso 2 mais acréscimo de «Jardins de Inverno». Fonte: desenho do autor
26. Axonometria - proposta piso 2 mais reorganização de fogos existentes. Fonte: desenho do autor
27. Planta proposta, piso térreo e primeiro piso. Fonte: desenho do autor
28. Planta proposta, piso 2 a piso 7. Fonte: desenho do autor
29. Planta de Cobertura. Fonte: desenho do autor
30. Proposta de implantação - Axonometria Geral. Fonte: desenho do autor
31. Proposta de implantação - alçado Poente - Nascente. Fonte: desenho do autor
32. Corte Sentido Norte - Sul. Fonte: desenho do autor
33. Corte Sentido Poente - Nascente - entrada de luz. Fonte: desenho do autor
34. Corte Sentido Poente - Nascente - circulação de ar. Fonte: desenho do autor
35. Corte Poente - Nascente. Fonte: desenho do autor
36. Corte Poente - Nascente, existente mais anexo. Fonte: desenho do autor

37. detalhes construtivos. Fonte: desenho do autor

38. Axonometria explodida geral de proposta. Fonte: desenho do autor

39. Planta proposta de cobertura. Fonte: desenho do autor

40. Axonometria - ligação à rua Casal Ventoso de Baixo. Fonte: desenho do autor

41. Axonometria - ligação à rua Maria Pia. Fonte: desenho do autor

INTRODUÇÃO

Através da análise de uma carta hipsométrica [Fig. 01], constata-se que o troço sublinhado do Vale de Alcântara contém a maior bacia hidrográfica da cidade de Lisboa. As curvas de nível têm uma equidistância de 10 metros, onde se verificam os valores das cotas mais altas atingidas na encosta de Monsanto. Existe uma clara distinção entre duas zonas situadas neste vale, a frente ribeirinha, caracterizada por declives suaves e cotas não superiores a 10 metros, e o interior, nas encostas do vale de Alcântara, com declives acentuados e cotas que ultrapassam os 60 metros de altura em relação ao mar.

Fig. 01 - Estudo da Paisagem, hipsometria

O Vale de Alcântara desempenha um papel fundamental na drenagem da cidade de Lisboa, atuando como corredor natural para o escoamento das águas pluviais e das linhas de água afluentes, que se dirigem para o estuário do Tejo. Sendo o maior vale da cidade, é responsável pela captação de aproximadamente 41% das águas pluviais do território, desempenhando também uma função crucial na regulação hidrológica e na prevenção de inundações. Além disso, devido à sua morfologia, o vale facilita a penetração e a circulação das massas de ar para o interior da cidade, contribuindo para o equilíbrio climático e a ventilação natural de Lisboa [Figg. 02 e 03].¹

Fig. 02 - Mapa de Lisboa - Cartografia de zonas críticas de inundações

Fig. 03 - Estudo da Paisagem, frente ribeirinha

Contudo, a construção em larga escala, muitas vezes de baixa qualidade, e a implementação de infraestruturas pesadas transformaram essa área em territórios problemáticos, com grandes problemas de habitabilidade e integração no tecido urbano consolidado.

¹ ALBUQUERQUE, Leonor Cheis de Sousa - *Estudo da paisagem do Vale de Alcântara*. Évora, 2014. Projecto final para obtenção de Mestre em Arquitectura Paisagista, apresentado à Universidade de Évora (polic.^a), pp. 38. [consult. 17 junh. 2024] Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/12109>

Nos últimos anos, várias iniciativas têm defendido a renaturalização do Vale de Alcântara como forma de restaurar o equilíbrio ecológico comprometido pelo crescimento descontrolado.

Esta tese, no entanto, propõe uma abordagem distinta: em vez de promover uma renaturalização total, sugere-se a eliminação seletiva de algumas infraestruturas e edifícios que inviabilizam uma convivência equilibrada entre o ambiente construído e o meio natural, propondo-se, ainda, que algumas das estruturas existentes sejam requalificadas para se integrarem melhor com os sistemas hídricos e o contexto urbano.

Esta tese divide-se em quatro capítulos.

O primeiro capítulo centra-se numa análise morfológica, abordando o crescimento e as transformações que ocorreram no território e na cidade de Lisboa, com especial atenção ao Vale de Alcântara. Este estudo procura refletir sobre as problemáticas atuais do vale, explorando as consequências das mudanças no tecido urbano e social. A investigação tem como objetivo principal identificar os problemas mais relevantes — como a fragmentação urbana, a exclusão social e a impermeabilização do solo — e também destacar as características positivas do território. No segundo capítulo é realizada uma revisão das propostas de diversos autores para mitigar estas questões, que incluem a criação de novos espaços verdes, a melhoria da ligação com a cidade, a permeabilização do vale e o aproveitamento de estruturas pré-existentes. Esta análise será essencial para fundamentar a hipótese levantada subsequentemente. No terceiro capítulo, é transcrita uma conversa com Nuno Mateus, onde se discutiu a importância da requalificação do Vale de Alcântara. No quarto e último capítulo, através de desenhos técnicos como plantas, cortes, alçados e axonometrias, pretende-se demonstrar como a arquitetura pode contribuir para mitigar os problemas identificados, melhorar a qualidade de vida dos habitantes, promover a inclusão social e fortalecer a integração do vale com o restante tecido urbano. A proposta baseia-se na renaturalização generalizada do território, eliminando as infraestruturas que é possível eliminar, mas também requalificando vários conjuntos de edifícios.

I - RECONHECIMENTO

Transformação Morfológica do Vale de Alcântara

O Vale de Alcântara, situado entre as colinas de Lisboa e o Rio Tejo, foi moldado por várias transformações urbanas e territoriais ao longo dos séculos. O nome «Alcântara» deriva do árabe *Al-qantara*, que significa «a ponte»², um reflexo da importância estratégica desta zona para a cidade. Originalmente aproveitada pelos romanos e posteriormente pelos árabes como área agrícola, Alcântara manteve a sua paisagem rural até finais do século XV, marcada pela presença de moinhos de maré e de vento, bem como fornos de cal, que tiravam proveito dos recursos naturais da ribeira [Fig. 04].³

Fig. 04 - Detalhe de desenho de 1582 representando a passagem da ponte de Alcântara das tropas do Duque de Alba, após a vitória em 1580 sobre as forças de D. António, Prior do Crato.

No período Filipino, entre os finais do século XVI e meados do século XVIII, Alcântara transformou-se num local de lazer para a família real, para a nobreza e para o clero. Nesta época, surgiram várias quintas e palácios, como a Quinta Real de Alcântara (1603), o Convento das Flamengas (1582) e o Mosteiro do Monte do Calvário (1617). A construção de residências nobres, como o Palácio Fiúza e o Palácio dos Condes da Ponte, concretizou-se devido à proximidade ao centro de Lisboa e aos bons acessos que este território já possuía.⁴

Durante o reinado de D. João IV, em 1645, foi criada a Real Tapada de Alcântara (hoje conhecida como Tapada da Ajuda), que se tornou um espaço de recreio e caça para a família real. A Fábrica da Pólvora, construída entre 1690 e 1728, consolidou a importância industrial

² Cira Arqueologia. *Vila Franca de Xira: Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira*, n.º 6, p. 181, 182 [consult. 17 junh. 2024]. Disponível em: <https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/document/file/2190/6.pdf>

³ Tal como descrito em Cira Arqueologia, n. 6 «(...) o espaço do Vale de Alcântara era atravessado pela principal via terrestre que comunicava com os espaços ocidentais da Península de Lisboa das áreas de Oeiras, Cascais e sul da Serra de Sintra, densamente povoados ao longo da Época Romana. Um dos principais elementos deste itinerário terrestre era, justamente, a ponte de Alcântara, cuja remota origem romana é altamente provável, considerando o próprio topónimo que remete para a sua existência já no período medieval muçulmano. Construída em alvenaria, possuía ainda em 1582, aquando da batalha de Alcântara, 6 arcos, como surge representada em 1662, e os registos de 1727 apontam-lhe 90 metros de comprimento e uma largura de 6,20 metros. Seria depois desmantelada em 1887.»

⁴ MARQUES, Beatriz Rosa de Abreu Pereira - *O vale de Alcântara como caso de estudo. Evolução da morfologia urbana*. Lisboa, 2009. Projecto final para obtenção de Mestre em Arquitectura, apresentado à Universidade Técnica de Lisboa (politécnica). pp. 25, 26 [consult. 17 junh. 2024] Disponível em: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395138367729/dissertacao.pdf>

da região. Com o aumento da população e da atividade económica, a Ponte de Alcântara foi alargada em 1743 para permitir um maior fluxo de mercadorias e pessoas [Fig. 05].⁵

Fig. 05 - Planta do local da Ponte e as suas circunvizinhanças

A maior obra de infraestrutura durante o século XVIII foi a construção do Aqueduto das Águas Livres, que atravessa o Vale de Alcântara. Construído entre 1731 e 1799, com um total de 18 quilómetros, o aqueduto trouxe um sistema de abastecimento de água corrente para a cidade de Lisboa, essencial para o desenvolvimento da população.⁶

Na segunda metade do século XVIII, sob a liderança do Marquês de Pombal, Alcântara tornou-se um importante polo industrial. A ribeira de Alcântara e os bons acessos proporcionados pelo vale foram fatores determinantes para a instalação das primeiras indústrias têxteis e metalúrgicas. A industrialização intensificou-se no século XIX, com a construção de várias infraestruturas e a criação de pequenas e médias estamparias,⁷ como a Companhia de Fiação de Tecidos Lisbonenses e, posteriormente, a Companhia União Fabril (CUF).⁸

⁵ SILVA, Augusto Vieira da - *Os Limites de Lisboa*. Revista Municipal. N.º 5 [em linha]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Ano 11, (1941), pp. 8-9. [consult. 17 junh. 2024] Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N5/N5_item1/P7.html.

⁶ SILVA, Augusto Vieira da - *A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças*. Olisipo: Boletim do grupo Amigos de Lisboa. N.º 18 [em linha]. Lisboa: Amigos de Lisboa. Ano V, (abril 1942), pp. 68-69. [consult. 17 junh. 2024] Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Olisipo/1942/N18/N18_item1/P7.html

⁷ Principais estabelecimentos de Alcântara criados antes de 1870, identificados pela seguinte ordem: nome de indústria, localização, ano de fundação e ramo industrial. Companhia Perseverança, Largo do Conde Barão, n.º14, 1809, metalurgia. Fábrica Nacional de Produtos Cerâmicos Constância, Rua das Janelas Verdes, n.º40, 1837, cerâmica. Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, Rua de S. Joaquim, n.º8, 1838, têxtil. B. Daupias & C.^a, Calvário, 1839, têxtil. Anjos, Cunha, ferreira & C.^a, Rua da Fábrica da Pólvora, 1840, estampaia. Fábrica de curtumes de António José da Costa, Calçada dos Terremotos, n.º9, 1842, cortumes. Fábrica de Pinto & C.^a, Ponte Nova, 1842, estampaia. José António Alcântara & Filhos, Rua Velha, n.º2, 1842, cortumes. Pinto & C.^a, Ponte Nova, 1842, estampaia. Viúva Lamego & Filhos, 1848, cerâmica. Fábrica de Joaquim Antunes dos Santos, Aterro da Boa Vista, 1852, metalurgia. Fábrica da Companhia Previdente, Rua do Instituto industrial, 1853, metalurgia. L. Dauphinnet & Castay, Rua Direita do Calvário, n.º33, 1856, metalurgia. Monteiro & Filhos, Rua Direita de Junqueira, n.º74, 1858, cortumes. Companhia União Industrial Lisbonense, Rua 24 de Julho, 1862, alimentação. Ferreira & C.^a, Rua 24 de Julho, 1862, alimentação. António Cypriano Ferreira, Rua Velha, n.º59-A, 1863, cortumes. Centeno & C.^a, Horta Navia, 1863, estampaia. Lamas & C.^a, Rua da Junqueira, 98, 1864, cortumes. Companhia União Fabril, Rua das Fontainhas, 1865, sabão/velas. Companhia dos Vendedores de tabaco Regalia, Rua 24 de Julho, 1866, tabaco. José Rodrigues Mendes, Sucessores, Calçada de Santos, 35, 1866, alimentação. Caetano Lopes da Silva, Rua Praia da Junqueira, n.º24, 1869, extração/gesso. Fonte: Inquérito Industrial de 1881; Catálogo da Exposição Nacional das Indústrias Fabris realizada na Avenida da Liberdade em 1888; Inquérito Industrial de 1890, Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281813595_Alcantara_A_Evolucao_Industrial_De_Meados_do_Seculo_XIX_ao_Final_da_Ia_Republica.

⁸ MARQUES, Beatriz Rosa de Abreu Pereira - *O vale de Alcântara como caso de estudo. Evolução da morfologia urbana*. Lisboa, 2009. Projecto final para obtenção de Mestre em Arquitectura, apresentado à Universidade Técnica de Lisboa (poli.c.a). pp. 28 [consult. 17 junh. 2024] Disponível em: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395138367729/dissertacao.pdf>. PISTOLA, Renato Bogalho - *Alcântara, A Evolução Industrial De Meados Do Século XIX Ao Final Da I.ª República*. Lisboa, 2009. Dissertação de Mestrado em História, apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade

longo do século XIX, o que gerou a necessidade de construir novas vias de comunicação. Em janeiro de 1880, foi submetido ao parlamento um contrato com a Companhia Real para a construção de uma linha férrea que ligasse o Vale de Chelas a Torres Vedras, Caldas da Rainha, São Martinho, Marinha Grande e Pombal. Em 31 de janeiro de 1882, após a queda do Governo, apresentou-se uma nova proposta ao parlamento, desta vez dividida em dois grupos: um para a Companhia Real e outro para o grupo Henry Burnay & C.^a. No entanto, apenas após a transferência total da concessão para a Companhia Real, em 15 de maio de 1885, e posteriormente autorizada por despacho ministerial, se iniciou a construção da linha ferroviária entre Alcântara-Terra e Sintra, inaugurada a 2 de abril de 1887. Em 1888, foi construída a Linha de Cintura, estabelecendo a ligação entre Alcântara e o Braço de Prata. Em 1891, foi finalizado o troço até Alcântara-Mar, que se conectava com a linha de Cascais. Estas novas infraestruturas ferroviárias proporcionaram importantes ligações entre Alcântara, o centro da cidade e a zona ribeirinha, melhorando a mobilidade e o acesso às áreas industriais emergentes. A estrada de circunvalação, que contornava os limites de Lisboa e ligava Alcântara a Xabregas, foi outra importante infraestrutura criada nesta época. Esta via surgiu como uma estratégia para conectar a zona ribeirinha industrial e facilitar os transportes públicos, contribuindo para a integração das novas áreas de crescimento urbano no contexto da cidade [Figg. 06 e 07].⁹

Fig. 06 - O termo de Lisboa - Os limites da cidade de Lisboa

Fig. 07 - O termo de Lisboa - Os limites da cidade de Lisboa

O desaparecimento da ponte de Alcântara começou entre 1885 e 1887, com a demolição da guarda norte para dar lugar à construção da estação de Alcântara, parte da linha férrea que ligava Lisboa a Sintra e Torres Vedras, incluindo o ramal da Merceana. Em 1888, a guarda sul foi também removida, durante o processo de cobertura do caneiro de Alcântara, para permitir a construção da via férrea que conectava Alcântara-Terra a Campolide e Alcântara-Mar à linha de Cascais.¹⁰

Nova de Lisboa (polic.^a), pp. 5. [consult. 17 junh. 2024] Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281813595_Alcantara_A_Evolucao_Industrial_De_Meados_do_Seculo_XIX_ao_Final_da_Ia_Republica.

⁹ SILVA, Augusto Vieira da – *Biblioteca de estudos olisiponenses. Dispersos*. Volume I [em linha]. Lisboa, (1968) pp. 48-50 [consult. 17 junh. 2024] Disponível em: https://geo.cm-lisboa.pt/fileadmin/GEO/Imagens/GEO/Livro_do_mes/Vieira_da_Silva/Dispersos/MON_69-P_PART_01.pdf

¹⁰ SILVA, Augusto Vieira da — *A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças*. Olisipo: Boletim do grupo Amigos de Lisboa. N.º 18 [em linha]. Lisboa: Amigos de Lisboa. Ano V, (abril 1942), pp. 72. [consult. 17 junh. 2024] Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Olisipo/1942/N18/N18_item1/P7.html.

Como se pode constatar através do estudo da ocupação do Vale de Alcântara, a paisagem deste território, durante o século XIX, era predominantemente composta por espaços de produção mista. A presença da Ribeira de Alcântara, atualmente coberta pela Avenida de Ceuta, foi um fator determinante para o desenvolvimento da produção agrícola, que posteriormente deu lugar à instalação de unidades industriais. A ribeira, com os seus recursos hídricos e localização estratégica, foi fundamental para o impulso inicial da atividade agrícola e, mais tarde, para a transformação da área num importante polo industrial.¹¹

A rápida industrialização e urbanização descontrolada que ocorreram ao longo do século XX no Vale de Alcântara tiveram um impacto negativo significativo na qualidade de vida da população. Um território que anteriormente se destacava pela sua paisagem agrícola e bucólica tornou-se um dos principais focos de poluição e degradação ambiental. O encanamento da ribeira de Alcântara, iniciado em 1944 e concluído em 1967, viabilizou a expansão da Avenida de Ceuta, mas resultou na perda de extensos espaços verdes e contribuiu para a deterioração do ecossistema local, eliminando a ligação natural do vale com o restante território.

Com o aumento exponencial da população e a falta de uma resposta eficaz à carência habitacional, surgiram nas periferias de Lisboa os primeiros «*bairros de lata*». Em Alcântara, terrenos abandonados e edifícios industriais desativados, localizados junto à Ribeira e ao Calvário, tornaram-se o cenário ideal para novas atividades económicas e o surgimento de bairros residenciais informais. Assim, a urbanização desenfreada dos primeiros anos do século XX ocorreu, em grande parte, de forma ilegal na encosta oriental do vale de Alcântara. Exemplos emblemáticos deste fenómeno são o Bairro de Alvito e o Bairro do Casal Ventoso, que se desenvolveram sem planeamento urbanístico e em condições precárias [Fig. 08].

Com a instauração da República em 1910, o fim da I Guerra Mundial e a subida ao poder de um governo autoritário em 1926, Alcântara sofreu transformações profundas na sua estrutura urbana, na paisagem e no tecido produtivo. A transição para o novo regime e o impacto económico decorrente das mudanças políticas levaram a uma diminuição das exportações, afetando sobretudo o setor têxtil, que era predominante na área. A I Guerra Mundial agravou ainda mais a situação da indústria portuguesa, com a escassez de novas máquinas, a

¹¹ CANGOLO, Luis Braulio Ganga - *A infraestrutura hídrica como elemento de desenho do espaço produtivo, O caso do Vale de Alcântara*. Lisboa 2023. Projecto final para obtenção de Mestre em Arquitectura, apresentado à Universidade Autónoma de Lisboa (polic.ª). pp. 40-48 [consult. 17 junh. 2024] Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/entities/publication/dbb8dc70-8a23-4666-a4b0-6de2795a8b32>

dificuldade no acesso a peças sobressalentes e uma acentuada falta de energia, limitando significativamente a capacidade produtiva e o desenvolvimento industrial de Alcântara.¹²

A instauração do governo autoritário em 1926 trouxe um rápido crescimento na construção de infraestruturas e equipamentos públicos em todo o país. Sob o regime de Salazar e com a direção do engenheiro Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas a partir de 1932 e presidente da Câmara de Lisboa desde 1938, foi elaborado o plano «*de Gröer*», que vigorou entre 1938 e 1948. Este plano visava a urbanização de uma vasta área da cidade, com foco no desenvolvimento de equipamentos urbanos, infraestruturas e novos bairros habitacionais. No Vale de Alcântara, destacaram-se duas obras de grande impacto: a construção do Viaduto Duarte Pacheco, concluído em 1944, e a construção da Avenida de Ceuta, que decorreu entre 1944 e 1957. Esta última intervenção obrigou ao encanamento a montante da ribeira de Alcântara, onde anteriormente se situava a ponte, modificando de forma significativa a paisagem e o sistema hidrológico do vale [Figg. 09 e 10].

Fig. 08 - Lavagem de roupa na ribeira de Alcântara, na zona da Quinta da Rabicha

Fig. 09 - Caneiro de Alcântara, obras de cobertura da ribeira de Alcântara junto da Ponte Nova - 1945

Fig. 10 - Obras de canalização e cobertura da ribeira de Alcântara.

Devido à intensa urbanização, maioritariamente ilegal, na encosta oriental do Vale de Alcântara, onde se localizava o Bairro do Casal Ventoso, que abrigava uma parte da população em condições precárias, a Câmara Municipal de Lisboa, em conjunto com o Governo, iniciou em 1945 o Programa de Casas para Alojamento de Famílias Pobres. Este programa visava responder aos problemas habitacionais da cidade e levou à construção do Bairro da Quinta do Jacinto, projetado pelo arquiteto António Couto Martins, que se desenvolveu em várias fases. A primeira fase, iniciada em 1946, consistiu em 24 fogos distribuídos por moradias unifamiliares. Em 1949, deu-se início à construção de 22 blocos de habitação coletiva com três pisos. A construção do bairro foi concluída em 1957 com a edificação de 10 blocos adicionais, agora com quatro pisos, consolidando um importante núcleo habitacional que pretendia melhorar as condições de vida dos residentes da área.¹³

¹² PISTOLA, Renato Bogalho - *Alcântara, A Evolução Industrial De Meados Do Século XIX Ao Final Da I.ª República*. Lisboa, 2009. Dissertação de Mestrado em História, apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (polic.ª), pp. 80. [consult. 17 junh. 2024] Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281813595_Alcantara_A_Evolucao_Industrial_De_Meados_do_Seculo_XIX_ao_Final_da_Ia_Republica.

¹³ MARQUES, Beatriz Rosa de Abreu Pereira - *O vale de Alcântara como caso de estudo. Evolução da morfologia urbana*. Lisboa, 2009. Projecto final para obtenção de Mestre em Arquitectura, apresentado à

Com o avanço da industrialização em Lisboa, a poluição urbana começou a afetar significativamente a qualidade de vida dos habitantes, particularmente na zona de Alcântara. A ribeira de Alcântara tornou-se um canal de escoamento de resíduos industriais, causando poluição e maus odores que se espalhavam pela área. Para mitigar esses problemas, decidiu-se encanar a ribeira, numa obra que foi lançada a concurso em 14 de março de 1944 e concluída em 1967.

O encanamento da ribeira permitiu o alargamento da Avenida de Ceuta, criando uma ligação viária estratégica entre Alcântara, Campolide, Benfica e Sete Rios, mas implicou a demolição de várias habitações e unidades fabris. Esta intervenção marcou o início do abandono das atividades agrícolas no vale, em favor do desenvolvimento industrial que se intensificava a partir da década de 1940, transformando de forma irreversível a paisagem e o uso do território.

Na década de 1960, Alcântara sofreu transformações profundas, passando de uma paisagem predominantemente agrícola para uma zona fortemente infraestruturada em termos hidráulicos e rodoviários. Em 1962, iniciaram-se as obras de construção dos acessos à primeira travessia sobre o estuário do Tejo, conhecida na época como Ponte Salazar. Inaugurada a 6 de agosto de 1966, a ponte veio a estabelecer uma ligação rodoviária vital entre Lisboa e a Margem Sul. No entanto, a componente ferroviária só foi implementada décadas mais tarde, com a inauguração do tabuleiro ferroviário em julho de 1999, ligando Campolide ao Pinhal Novo e completando a funcionalidade multimodal da infraestrutura.¹⁴

Após a Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974, Portugal passou por várias mudanças no contexto político e social, levando à criação de diferentes programas destinados a responder às crises habitacionais e sociais que surgiram ao longo das décadas seguintes. Entre estes, destacam-se o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), criado em 1974 para apoiar a construção e renovação de habitações populares através da participação comunitária; o Programa Especial de Realojamento (PER), implementado em 1993 para eliminar os bairros de barracas e realojar famílias em condições de habitação dignas; e o Plano de Intervenção a Médio Prazo (PIMP), que procurava melhorar as condições urbanísticas e infraestruturais das zonas habitacionais mais afetadas pela degradação. Estes programas tiveram um papel crucial

Universidade Técnica de Lisboa (polic.ª). pp. 33, 34 [consult. 17 junh. 2024] Disponível em: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395138367729/dissertacao.pdf>

¹⁴ *Grandes Problemas de Lisboa: Caneiro de Alcântara*. Revista Municipal [em linha]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. n.º 27 (1945), p. 41-46. [consult. 18 set. 2023]. Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/obras/RevMunicipal/N27/N27_master/N27.pdf.

na reestruturação urbana e na melhoria das condições de vida das populações mais desfavorecidas.

No contexto da recuperação da zona de Alcântara, em particular, o Programa Especial de Realojamento (PER), criado em 1993 através do Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de maio, teve como objetivo erradicar os bairros clandestinos e proporcionar melhores condições de vida às populações mais vulneráveis. No âmbito deste programa, foram construídos cerca de 36 bairros municipais em Lisboa, destinados a realojar famílias que habitavam em habitações precárias, conhecidas como «*barracas*».

No final do século XX e início do século XXI, a requalificação urbana tornou-se uma prioridade para revitalizar antigos espaços industriais em Lisboa. Um exemplo emblemático deste processo, no Vale de Alcântara, é a LX Factory, que transformou uma antiga área industrial de Alcântara num dinâmico centro de criatividade e cultura.

O Caso do Casal Ventoso

Fig. 11 - Artigo sobre o Casal Ventoso

A Zona Sul do Vale de Alcântara foi alvo de uma intervenção de requalificação urbana de grande relevância, com o objetivo de reorganizar o espaço e melhorar as condições de vida das populações locais. Iniciado em 1998, no âmbito do programa URBAN, uma iniciativa promovida pela Comissão Europeia e financiada pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o projeto tinha como propósito regenerar áreas urbanas degradadas e fomentar um desenvolvimento mais sustentável.

A intervenção concentrou-se, principalmente, na revitalização do antigo bairro do Casal Ventoso [Fig. 11], outrora uma das zonas mais problemáticas de Lisboa, associada ao consumo e tráfico de drogas. O processo, concluído em 2002, resultou na construção de mais de 1000 habitações destinadas a realojar cerca de 3000 pessoas. Apesar das melhorias significativas na envolvente, como a requalificação da Avenida de Ceuta, o estigma social do antigo Casal Ventoso ainda persiste, mantendo a exclusão social e a marginalização dos seus habitantes [Fig. 12].

Apesar dos esforços de requalificação, a área continua a enfrentar desafios, especialmente de ordem sociocultural. Os residentes, muitos dos quais realojados a partir da década de 1990, habitam agora em edifícios multifamiliares que, apesar de oferecerem uma alternativa mais digna e segura, apresentam várias deficiências. Estas habitações são frequentemente pequenas, com fraco isolamento térmico e acústico, e carecem de espaços amplos e de vistas para o exterior, limitando a qualidade de vida dos moradores [Figs. 13; 14; 15; 16; 17].

Fig. 12 - Vista aérea do Casal Ventoso

Fig. 13 - Rua da Quinta do Loureiro

Fig. 14 - Rua da Quinta do Loureiro

Fig. 15 - Rua da Quinta do Loureiro

Fig. 16 - Rua Fábrica da Pólvora

Fig. 17 - Rua Fábrica da Pólvora

Para além das limitações habitacionais, a localização dos edifícios construídos no âmbito do programa de realojamento no Vale de Alcântara tem implicações significativas para a gestão ambiental e hidrológica do território. Por se encontrarem numa área naturalmente propensa a problemas de drenagem, a implantação destas novas estruturas contribui para a impermeabilização do solo, dificultando a infiltração das águas pluviais. Como resultado, a capacidade de escoamento do vale é comprometida, aumentando o risco de inundações e de acumulação de águas superficiais durante períodos de maior precipitação.

A má drenagem do solo, agravada pela densificação da construção no vale, gera desequilíbrios ecológicos, ao alterar o comportamento natural dos fluxos de água que anteriormente eram absorvidos ou escoados de forma mais eficiente pela vegetação e pelos terrenos agrícolas que existiam na área. A construção de infraestruturas pesadas e a falta de espaços permeáveis impedem que a água penetre no solo, o que provoca a sobrecarga dos sistemas de drenagem existentes e contribui para o aparecimento de cheias frequentes.

II - ESTADO DA ARTE

Para enfrentar os problemas resultantes da falta de planeamento e da fragmentação urbana, vários especialistas têm proposto e explorado diferentes soluções e conceitos para a transformação, requalificação e renaturalização da cidade contemporânea.

No contexto do Vale de Alcântara, existem várias propostas que procuram resolver os problemas existentes, melhorando os acessos pedonais, criando novos espaços verdes e qualificando o espaço público. Entre as propostas mais significativas destaca-se a Carta Verde, elaborada por Gonçalo Ribeiro Telles, que defendia a integração de corredores verdes na cidade como forma de ligar os espaços naturais, bem como o Projeto do Corredor Verde Estruturante do Vale de Alcântara, promovido pela Câmara Municipal de Lisboa, que propõe a criação de um eixo verde que articula o vale com o resto da cidade, promovendo a ligação ecológica e a requalificação paisagística.

Plano Verde de Gonçalo Ribeiro Telles

As águas que correm nos rios e ribeiros são provenientes da chuva. A chuva cai sobre a cidade, e cai sobre o campo, a cidade e o campo são construções do homem, a sua construção ou é sábia e positiva e em benefício da comunidade, ou, profundamente negativa e em benefício apenas de alguns.

Gonçalo Ribeiro Telles, 1967

No programa da RTP «Há Só uma Terra», apresentado por Luís Filipe Costa, Gonçalo Ribeiro Telles abordou as causas das cheias de 1967 na região de Lisboa, esclarecendo como a transição de áreas rurais para urbanas contribuiu para o agravamento destes fenómenos. Durante a sua intervenção, explicou quais devem ser os usos adequados para as zonas de leito de cheia e alertou sobre as construções que se devem evitar nessas áreas, detalhando os motivos e as consequências associadas à ocupação inadequada deste tipo de território.¹⁵

Devido ao clima e à distribuição irregular e limitada das chuvas, especialmente no sul de Portugal, sempre se revelou essencial garantir a retenção de água como parte fundamental da

¹⁵ ARQUIVOS, RTP - *Entrevista com o arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles sobre as cheias de 1967 em 1973/04/12* [em linha] Lisboa: RTP Arquivos, 2017, atual. 2017. [consulta. 17 Set. 2024] Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/as-cheias-de-1967/>

gestão agrícola e territorial. A necessidade de armazenar a água para maximizar a produtividade da terra, em vez de permitir que esta escoe rapidamente para os grandes rios e, posteriormente, para o oceano, é uma prática consolidada. A retenção de água pode ser alcançada de diversas formas: através do jardim português, das grandes albufeiras e, de modo ainda mais eficiente, pela infiltração no solo. A vegetação, sabiamente distribuída nas encostas mais íngremes e nas zonas a montante das linhas de água, promove uma maior capacidade de absorção do solo, garantindo uma infiltração otimizada. Esta infiltração contribui para a recarga dos lençóis freáticos, alimenta nascentes e permite um escoamento mais equilibrado em direção aos rios ou ao oceano. Quando este ciclo natural é interrompido, ocorre a degradação da paisagem e intensificam-se os efeitos adversos dos fenómenos naturais, comprometendo a sustentabilidade ambiental [Fig. 18].

Fig. 18 - Esquema de Gonçalo Ribeiro Telles sobre paisagem global

Quando a expansão urbana não é devidamente planeada, a impermeabilização de extensas áreas reduz a capacidade de infiltração de água no solo e aumenta o risco de erosão. Isso faz com que, durante episódios de chuva intensa, o leito de cheia receba um volume de água superior, com um caudal mais intenso e num período de tempo mais curto. A urbanização descontrolada em grandes extensões e zonas de acentuado declive agrava ainda mais este problema. Nestas circunstâncias, as construções humanas, sobretudo nas áreas próximas das ribeiras e rios, acabam por funcionar como barreiras artificiais, alterando o fluxo natural de drenagem. Como resultado, essas infraestruturas atuam como diques que, ao cederem, causam a retenção descontrolada das águas no vale, aumentando o risco de inundações e os impactos negativos no ambiente urbano e natural.

A canalização das linhas de água em leitos de cheia deve ser evitada, pois cria um ambiente artificial que compromete a viabilidade ecológica e económica dos espaços verdes. Ao longo do tempo, áreas de vale que anteriormente eram dedicadas à agricultura — como campos de regadio ou agricultura intensiva —, e que agora estão inseridas em zonas urbanas, sofreram uma transformação gradual. Passaram de terrenos agrícolas para hortas, hortas comunitárias e, eventualmente, para espaços verdes ou de lazer. No entanto, é importante destacar que, independentemente das mudanças de uso, estas áreas nunca devem ser destinadas à construção, uma vez que isso interfere com a dinâmica natural das águas e aumenta o risco de inundações, comprometendo a segurança e a sustentabilidade do território.

Este fenómeno também se verificou no Vale de Alcântara, a área que constitui o foco desta tese. A urbanização intensiva, o encanamento da ribeira e a construção de grandes infraestruturas viárias, com três faixas de rodagem em cada sentido, alteraram drasticamente o terreno e a paisagem, fazendo com que o vale perdesse a sua capacidade natural de infiltração e drenagem das águas pluviais em caso de chuvas intensas.

O «Plano verde de Lisboa», coordenado por Gonçalo Ribeiro Telles, é uma componente do Plano Director Municipal (PDM) aprovado em 1993. Este plano teve como objetivo orientar o desenvolvimento da cidade, promovendo um sistema de reativação ecológica e cultural. Em essência, o Plano Verde propunha a criação de uma infraestrutura verde que articulasse a natureza com o tecido urbano, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

Ao propor a integração de parques, corredores verdes e espaços de lazer, o Plano Verde pretendia mitigar os efeitos do crescimento urbano desordenado, proteger a biodiversidade e criar uma rede contínua de espaços naturais que atravessasse toda a cidade.

Projecto do Corredor Verde Estruturante do Vale de Alcântara, CML

O Projeto do Corredor Verde Estruturante do Vale de Alcântara faz parte de uma rede coordenada de espaços verdes proposta pela Câmara Municipal de Lisboa. Esta iniciativa tem como objetivo ligar o Parque Florestal de Monsanto à zona ribeirinha, criando uma estrutura natural contínua que traz o espaço verde para o interior da cidade.

A proposta prevê a requalificação das áreas envolventes da Avenida de Ceuta, uma das principais vias rodoviárias de Lisboa, com a implementação de novas ligações pedonais e espaços verdes. O corredor verde terá também um papel relevante no sistema hídrico do vale, ao integrar soluções para a drenagem e gestão sustentável das águas. A Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) contribuirá para a reutilização de água no processo de irrigação dos novos espaços verdes, ajudando a manter a biodiversidade e a aumentar a permeabilidade do solo.

Além de melhorar a qualidade ambiental, o corredor verde reforça a ligação entre espaços culturais e históricos da cidade, promovendo a mobilidade pedonal e oferecendo novas

oportunidades para atividades recreativas e de lazer. A iniciativa pretende ainda mitigar os efeitos da poluição urbana [Fig. 19].¹⁶

Fig. 19 - Corredor verde do Vale de Alcântara - projecto C.M. Lisboa

¹⁶ BALDIOS, Architectos Paisagistas - *Corredor Estruturante, Vale de Alcântara Unidade de Projecto da Avenida de Ceuta* [em linha]. CML, (Fev. 2019), pp. 2-4 [consult. 17 junh. 2024] Disponível em: https://lisboaparapessoas.pt/wp-content/uploads/2021/08/ciclovialavenidaceuta_md.pdf

III - SOBRE A IMPORTÂNCIA DA REQUALIFICAÇÃO DO VALE DE ALCÂNTARA

Uma conversa com Nuno Mateus

Da/UAL | 24/06/2024

Fig. 20 - Entrevista Da/UAL Junho 2024

Nuno Mateus é arquitecto, formado pela Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FA-UTL) em 1984. Prosseguiu os seus estudos na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, onde obteve o título de Master of Science in Architecture and Building Design em 1987. Em 2013, concluiu o Doutoramento em Arquitectura na FA-UL. Em 1991, fundou o atelier de arquitectura ARX Portugal, em parceria com o seu irmão, José Mateus. Juntos, desenvolveram vários projectos relevantes, como o Museu Marítimo de Ílhavo ou o edifício Castilho 203. Paralelamente à atividade de arquitecto é docente na Universidade Autónoma de Lisboa, onde foi fundador e director do departamento de Arquitectura entre 2004 e 2007, mas também na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. No contexto da docência, orientou vários trabalhos de final de mestrado sobre o Vale de Alcântara, sobre o mote «Infraestrutura, Renaturalização: O vale de Alcântara. Propostas para a inversão de um processo».

Hugo Saraiva (HS) — O processo de requalificação urbana da zona de Alcântara teve início em 1998, ao abrigo do programa URBAN, uma iniciativa da Comissão Europeia, apoiada pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Este processo, que se prolongou até 2002, resultou na construção de mais de 1000 habitações para mais de 3000 residentes. No entanto, esses bairros continuam a enfrentar uma série de problemas urbanísticos e sócio-económicos. O que destaca deste processo? Quais são os principais desafios, e como acredita que poderiam ser resolvidos?

Nuno Mateus (NM) — Não consigo definir claramente o início e o fim deste processo, porque o Vale de Alcântara é uma área extensa — tem quase 4 km, desde Alcântara até Sete Rios. Quando fundei o atelier em 1991, no Bairro da Serafina, costumávamos almoçar no Bairro da Liberdade, onde hoje se encontra a estação de Campolide. Naquela época, toda a

zona era densamente ocupada. A demolição começou no início dos anos 1990, e muitos dos edifícios, especialmente os situados na base do Bairro da Serafina, foram construídos mais ou menos nessa época. Em paralelo, deu-se o processo do Casal Ventoso, um bairro informal semelhante ao Bairro da Liberdade, que também passou por demolições e a construção de blocos habitacionais no leito do vale, em terrenos de aluvião. Esses dois casos são bastante distintos — um localiza-se na encosta e o outro no leito da ribeira. O problema é que esses processos foram, em grande parte, impulsionados por decisões políticas e económicas que visavam resultados rápidos, muitas vezes sem uma visão sistémica e abrangente do vale. E é precisamente essa visão macro do território, juntamente com um entendimento do sistema ecológico, que é essencial para intervenções sustentáveis. Se compararmos com o Central Park, em Nova Iorque, que tem uma dimensão semelhante, podemos perceber o impacto que um bom planeamento poderia ter numa cidade como Lisboa. As intervenções pontuais que têm sido realizadas até agora podem acabar por ser problemas adiados. O verdadeiro desafio é coordenar todas as intervenções com uma estratégia de longo prazo, de 60 anos ou mais, em vez de ciclos políticos curtos.

Hugo Saraiva (HS) — A antropização deste território nem sempre foi feita de um modo sustentável. Muitas construções deficientes e infra-estruturas intensas foram erguidas num vale que é, naturalmente, um leito de cheia.

NM — Existem abundantes documentos cartográficos e fotográficos que mostram o vale como um local agrícola e produtivo. Algumas gravuras, bastante belas e até poéticas, evidenciam a sua importância económica associada ao prazer pelas suas características naturais. O sistema aluvionar — um processo cíclico que enriquece a fertilidade dos solos — tornava este vale uma área de grande riqueza económica, com um sistema agrícola bem desenvolvido. Em algumas dessas gravuras, é possível ver uma linha de água ramificada, com sistemas de irrigação derivados da linha principal, criando um sistema radicular aquático intimamente relacionado com o ambiente natural. A transformação do vale começou com a chegada das indústrias, como a Fábrica da Pólvora, que utilizavam a água do vale para escoar os seus subprodutos. Além disso, a proximidade da linha ferroviária favoreceu o desenvolvimento industrial, permitindo a circulação de produtos e a chegada de matérias-primas. Este fenómeno não é único ao Vale de Alcântara; é algo que se observa em várias zonas da frente ribeirinha e dos vários vales de Lisboa. No caso específico do Vale de Alcântara, destaca-se a sua função de drenagem, sendo o maior vale da cidade, responsável

por captar 41% da água que cai em Lisboa, contrastando com outros vales menores, como o Vale da Liberdade ou o Vale da Almirante Reis, que drenam quantidades na ordem dos 4% se bem me recordo. Por essa razão, o Vale de Alcântara tornou-se muito atraente para as indústrias, que beneficiavam da quantidade significativa de água escoada. As linhas de água, na sua erosão contínua, sempre proporcionaram percursos mais planos, facilitando a instalação de ferrovias, que requerem declives suaves. Assim, com uma certa naturalidade, as margens do vale foram paulatinamente ocupadas por infraestruturas ferroviárias. Com o tempo, e a forte procura e carência de oferta, surgiu a habitação informal, que, com o declínio das indústrias, foi gradualmente sendo substituída por habitação formal. Mais tarde, o crescimento económico do pós-guerra e a democratização do automóvel impulsionaram um novo paradigma de mobilidade - a infraestruturalização rodoviária. Durante a minha adolescência, a ponte 25 de Abril, então chamada Ponte Salazar, terminava antes do aqueduto. Apenas durante o governo de José Sócrates é que se completou o tabuleiro sobre Sete Rios, ligando o eixo Norte-Sul.

Nos Anos 1940, desenvolveu-se uma visão optimista da engenharia, assente numa crença na capacidade dos sistemas artificiais para corrigir problemas naturais. Criou-se uma visão de algum modo heróica da engenharia, representada por viadutos, pontes e barragens, símbolos de supremacia sobre o meio natural..

Essa visão gerou uma escola de pensamento que ainda persiste. Continuamos a construir infraestruturas massivas, como o tubo de seis quilómetros de extensão e cinco metros de diâmetro para escoar rapidamente água de Lisboa, juntamente com um reservatório colossal em Campolide. Esta foi a obra mais cara contratada pela Câmara Municipal de Lisboa, que será concluída com 50 a 70 anos de atraso, como nos foi dito. Seguimos, assim, políticas antropizadoras, em vez de se procurar compreender a natureza e os sistemas do meio biofísico em que instalamos as nossas cidades. O verdadeiro benefício urbano viria da simbiose da ação do homem com o meio natural, um pensamento que, infelizmente, continua a ser negligenciado nas políticas públicas do território. Gonçalo Ribeiro Telles foi pioneiro ao chamar a atenção para esta questão. Há um vídeo notável de 1973 em que, em apenas 15 minutos, ele explica magistralmente como funciona o Vale de Alcântara, referindo-se às cheias de 1967 — problemas que, mais recentemente, voltaram a ocorrer, e que foram retratados com perfeição há 50 anos atrás nas suas palavras.

Hugo Saraiva (HS) — Em 2021, propôs um exercício aos alunos da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, intitulado «O vale de Alcântara — Propostas para a inversão de um processo». O que o levou a sugerir a renaturalização do Vale de Alcântara? Que benefícios essa renaturalização poderia trazer para a cidade de Lisboa?

Pediram-me inicialmente para estudar com os alunos o edifício da FAUL, na Ajuda. No primeiro ano, foquei-me no edifício, mas rapidamente percebi que, para entender o edifício, era necessário compreender o contexto mais amplo, pois não se podem resolver problemas internos sem considerar as razões da sua inserção no território. No ano seguinte, aprofundando o estudo, deparámo-nos com a presença estruturante do Rio Seco e do seu vale histórico. Decidimos, então, dividir o vale em áreas de projecto para cada grupo de alunos, com o objectivo de equilibrar a lógica de ocupação do território, dando prevalência à pressão do espaço natural sobre o espaço edificado, invertendo a lógica usual. Mais tarde, e já a estudar o Vale de Alcântara, percebemos que uma abordagem através de questões estritamente arquitetónicas não seria suficiente para compreender a problemática; era necessário alargar o campo de ação a um estudo mais sistémico e abrangente. Ao analisar o território, percebemos a enorme quantidade de asfalto que cobre o vale, na sua maioria sobre o caneiro. Com três faixas de rodagem de cada lado, o vale tornou-se uma extensa cobertura asfáltica, que emite calor e requer manutenção constante. O caneiro, construído em pedra da costa até à estação, e de betão armado a partir de Benfica, foi finalizado nos anos 1970. Concluímos que o problema era sistémico e que as infraestruturas rodoviárias e ferroviárias tinham de ser estudadas conjuntamente. Estudámos também o impacto dos viadutos aéreos e hipóteses para a sua optimização e conseguimos libertar uma boa parte do fundo do vale das infraestruturas actualmente existentes. Ao fazermos um simples estudo económico, percebemos que qualquer operação seria economicamente viável, dado o alto valor do solo em Lisboa. Uma gestão eficiente das vias seria, portanto, fundamental para a optimização do território do vale como um todo. Outra questão que temos abordado é a produção alimentar urbana, no contexto da adesão de Lisboa aos agro-parques metropolitanos. A ideia é trazer parte da produção agrícola para dentro da cidade, aproximando os alimentos dos consumidores e reduzindo o impacto carbónico do transporte. Em média, os alimentos percorrem 4000 km até chegarem ao nosso prato, algo que poderia ser minimizado com políticas territoriais mais sustentáveis. Ao observar os documentos históricos, percebemos que a ocupação inicial do vale foi sempre baseada na produção alimentar. As hortas urbanas modernas, embora sejam importantes

espaços de interação social, não substituem essa função produtiva. Funcionam, sobretudo, como incubadoras de relações sociais, o que também é um bem valioso.

HS — A sua proposta parece partir de uma tentativa de recuperar o que foi perdido ao longo do tempo, quase como se procurasse voltar ao passado. Considera essa recuperação realmente possível, ou trata-se de uma ideia mais académica, e não de uma utopia prática?

NM — Não sou saudosista, nem acredito que a proposta se baseie em modelos de uma época histórica específica. Gosto de olhar para a história como uma forma de validar questões que podemos resolver hoje, utilizando as ferramentas e os conhecimentos atuais. A ideia de simbiose com a natureza — e, neste caso, com a água, um recurso essencial neste local, que é o maior drenante da cidade — é, para mim, uma questão de futuro, como foi de passado. Se imaginarmos que saímos daqui e voltamos passados 200 anos, a natureza iria mostrar-nos, mais uma vez, como funciona, redefinindo a nossa pegada, permitindo-nos então voltar a entrar em simbiose com ela. O que considero fundamental é parar, observar, compreender e, a partir desse entendimento, desenvolver práticas que se auto-regulam e minimizam a necessidade de grandes construções, permitindo que o sistema natural se mantenha. Quando observo, por exemplo, os campos franceses ou as nossas zonas ribeirinhas produtivas, bem desenhadas e com um forte valor estético e produtivo, fico entusiasmado com a ideia de trazer esse sentido do belo para o interior das cidades. Do ponto de vista plástico, desde logo, é muito interessante e qualificador da vida colectiva. Mas esta proposta não é de todo baseada numa visão de nostalgia. Precisamos pensar no que a agricultura pode ser hoje, tendo em conta discussões atuais, como as relacionadas com a permacultura e evitando monoculturas intensivas que destroem a biodiversidade. Importar produtos alimentares de 4000 km de distância, mesmo em larga escala, é antinatural e prejudica os ecossistemas. Trazer essa produção agrícola para perto de nós e viver em simbiose com essas práticas é uma visão que considero verdadeiramente voltada para o futuro.

HS — E de que maneira as características de Lisboa a tornam uma cidade particularmente interessante para este efeito?

Há uma questão essencial numa perspetiva macro da cidade de Lisboa: a relação entre colinas e vales. Lisboa é conhecida como a cidade das sete colinas, o que implica que também é uma cidade de vales, e por isso, antigamente, uma cidade de ribeiras. Ao longo do século XX,

canalizámos as ribeiras, pois elas serviram como os primeiros sistemas de esgoto da cidade, a céu aberto. Construímos um sistema de esgotos para substituir as ribeiras. Embora tenhamos passado a separar os esgotos pluviais dos domésticos quando construímos os edifícios, estes acabam por se encontrar no mesmo sistema, ou seja ainda são unitários. Este é um problema que precisamos resolver para podermos voltar a libertar as linhas de água, trazê-las de volta à superfície e permitir que o ecossistema se regenere de forma profunda. Existem exemplos como o de Seul, onde uma linha de água, artificializada nos anos 1940/50, foi renaturalizada nos anos 1990 e no início do século XXI. A temperatura média ao longo do canal diminuiu 4°C no pico do verão, e a vivência e a procura desta área aumentou significativamente valorizando toda a zona. Ou seja, refletiu-se numa inversão profunda do sistema ambiental e económico numa área que antes estava desvalorizada.

Lisboa tem três centrais de tratamento de esgotos e continua a operar com infraestruturas massivas. A central de Alcântara, por exemplo, foi transformada por excelentes arquitetos e paisagistas, mas apesar das melhorias tecnológicas continua a ser apenas uma maquilhagem superficial que procura replicar na sua imagem os terrenos produtivos e biodiversos que constam nas cartas de Filipe Folque. Na minha opinião, deveríamos procurar evoluir de um sistema polarizado de hiperestruturas, para um sistema multimodal, com pequenas centrais de tratamento de esgotos de baixo impacto espalhadas por várias áreas, de modo a libertar o mais cedo possível a água à superfície e restaurar, pelo menos parcialmente, o sistema natural de ribeiras. Isso recriaria um sistema radicular hídrico que Lisboa já teve e permitiria uma verdadeira simbiose entre os sistemas naturais e os artificiais — embora queiramos que estes últimos sejam reduzidos ao mínimo, permitindo que o natural floresça. Por enquanto, a ideia de renaturalização pode parecer académica, mas será só até que haja uma mudança de mentalidade. Acredito que é inevitável que haja um ponto de viragem. Para mim, o Vale de Alcântara poderia ser a nossa «5.^a avenida» ou o nosso «*Central Park*». Os bairros em torno de Alcântara têm um estigma sócio-económico evidente, que não é compatível com a importância e o potencial extraordinário que ele tem para a cidade. Quando conseguirmos alterar esse sistema, esse estigma desaparece e passamos a viver numa «5.^a avenida», certo?

HS — A maioria dos trabalhos que orientou na Faculdade de Arquitectura de Lisboa propunha uma renaturalização do território do Vale de Alcântara, indo ao encontro do enunciado do exercício. No entanto, nesta tese, surge uma hipótese diferente: renaturalizar o vale, suprimindo infraestruturas e construções existentes —

nomeadamente aquelas que impedem a sustentabilidade desses territórios —, mas também preservando e transformando parte do que já está construído, convertendo as estruturas existentes para que possam co-existir com os sistemas hídricos e o contexto urbano. Como vê a adaptação de «Never demolish, always transform», de Lacaton & Vassal, a este território específico?

NM — Muitas vezes, tanto na prática profissional como nas escolas, existe a tendência para demolir aquilo que não conhecemos bem. Por isso, costumo pedir aos meus alunos que, antes de considerarem a demolição, desenhem o que tencionam demolir por completo. Esse exercício permite-lhes compreender o edifício e apropriarem-se dele. Depois desse processo, geralmente hesitam mais em propor a sua demolição, porque desenvolveram uma relação com o edifício. No fundo, os edifícios são laços que criamos com o território. Os edifícios mais sustentáveis são, na verdade, aqueles que já existem. Por isso, o princípio de «*never demolish*» faz quase sempre sentido. A ideia de regenerar o máximo possível do edificado existente, preservando a história da cidade, é muito válida. Contudo, existem situações em que foram cometidos erros graves na utilização do território e, nestes casos, a demolição pode ser a única solução verdadeiramente sustentável. Mas essa demolição deve ser feita de forma criteriosa, após uma avaliação cuidadosa dos ganhos de futuro e sempre faseada e contratualizada numa perspectiva intergeracional. Tudo depende do contexto temporal e local em que estamos a intervir. Considero o princípio de «*never demolish*» interessante e contemporâneo, mas talvez preferisse dizer «*quase nunca demolir*». No caso concreto dos edifícios do Vale de Alcântara, se partimos do princípio de que alguns vão permanecer, é fundamental analisar como as fundações estão instaladas no subsolo e de que forma podem influenciar o sistema de águas subterrâneas. Outros provavelmente deverão ser demolidos por comprometerem a longo prazo um bem maior.

HS — **Como podemos garantir que as intervenções atuais e futuras promovam um desenvolvimento sustentável e resiliente para essa área? Que papel deverá ter a gestão autárquica nesse processo?**

NM — O papel da gestão autárquica deve ser, antes de mais, o de promover não apenas projetos, mas também garantir que estes sejam concebidos e implementados de forma responsável, com uma visão de longo prazo, para além dos limites de um mandato político. Isto implica planear para um horizonte temporal mais extenso, que permita a execução de projectos que não podem ser concretizados em prazos curtos. Se conseguirmos articular o

curto e o longo prazo, será possível construir um projecto verdadeiramente regenerador, mesmo que de forma faseada e fragmentada. No entanto, para que isso aconteça, é essencial que esse projecto de longo prazo seja desenvolvido de forma mais abrangente, não apenas no quadro político, mas principalmente no científico em que o ambiente prevalece nas decisões. A abordagem científica oferece uma base mais sólida para ultrapassar o campo puramente político e alcançar consensos, permitindo uma gestão dentro de um quadro mais amplo de políticas, que transcendem os ciclos eleitorais e podem ser hierarquizadas de acordo com a sua importância. Para um território tão complexo como o Vale de Alcântara, onde a cidade se transforma de forma simultaneamente rápida e lenta, é impossível desenvolver políticas eficazes sem uma profunda compreensão do ecossistema urbano.

HS — Ao longo da história, sempre houve pactos em que diferentes partidos, em determinado momento, concordam em seguir uma visão comum para realizar certas ações. Será possível estabelecer princípios claros que gerem uma estratégia difícil de reverter?

NM — Lembro-me de uma exposição que vi há cerca de três anos em Londres, onde a cidade se repensava a si mesma. Tratava-se de uma iniciativa municipal com o objectivo de otimizar o aproveitamento e a gestão eficiente do território e das infraestruturas existentes — que representam sempre o maior custo elevado para uma cidade —, ao mesmo tempo que explorava cenários de densificação, para cumprir o objectivo de como Londres poderia acomodar mais cerca metade da população que possui actualmente. Esta iniciativa envolvia um estudo de oportunidades intersticiais e temas estratégicos, criando uma imagem clara e equilibrada para cada um deles. Aqui, de igual forma, precisamos de formular visões inspiradoras que possam servir de objectivos políticos colectivos e, acima de tudo, desenvolver metodologias que mostrem como atingir esses objetivos. Uma das capacidades fundamentais dos arquitetos é precisamente essa: não só visualizar o resultado final, mas também delinear de forma clara o caminho para lá chegar.

IV - *ALMOST NEVER DEMOLISH*

Hipótese

Os edifícios construídos no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) no Vale de Alcântara desempenharam um papel crucial na eliminação dos bairros de barracas e na melhoria das condições de vida das populações que ali residiam. Concluído nos anos 1990, o PER visou realojar as famílias que viviam em condições precárias, oferecendo-lhes habitação em edifícios multifamiliares. No entanto, os critérios de construção e urbanização utilizados na altura não consideravam a integração ambiental e urbana da mesma forma que os padrões contemporâneos exigem. Com os desafios ambientais e urbanísticos que a cidade enfrenta atualmente, é importante questionar o futuro destes edifícios e do vale como um todo.

Neste contexto, o debate sobre o destino destes edifícios centra-se em duas hipóteses principais: a demolição e posterior construção noutra localização, ou a intervenção direta nas estruturas existentes, de forma a adaptá-las aos novos critérios de sustentabilidade. Esta tese propõe uma terceira via: a revitalização do vale através de uma abordagem integrada de renaturalização e renovação urbana.

Objectivos

A presente tese procura transformar o espaço já existente no Vale de Alcântara, mantendo tanto os residentes como as memórias associadas ao local. Inspirando-se nos princípios de Lacaton & Vassal, a abordagem privilegia a preservação e o reforço das estruturas habitacionais atuais, minimizando demolições e intervenções disruptivas.

A proposta de requalificação do Vale de Alcântara baseia-se em três pilares principais: re-permeabilização do solo, melhoria dos acessos pedonais e transformação do edificado existente.

A re-permeabilização do solo visa reduzir o risco de inundações e melhorar a gestão das águas pluviais, promovendo uma renaturalização parcial do vale com a criação de espaços verdes e

hortas urbanas. Esta intervenção restabelece a capacidade de infiltração do solo, melhora a qualidade da água e reforça a sustentabilidade ambiental da área.

A intervenção nas infraestruturas pedonais propõe a criação de novos atravessamentos e passagens que liguem os conjuntos habitacionais e a área comercial, aumentando a ligação e segurança para peões. A proposta inclui ainda a eliminação de barreiras e a requalificação das cotas térreas e dos pisos inferiores, criando espaços de convívio para a comunidade.

Por fim, a transformação do edificado existente aposta na manutenção das estruturas atuais, com melhorias no isolamento e conforto das habitações. A reconfiguração de algumas zonas do piso térreo e primeiro piso ao longo da Rua da Quinta do Loureiro permitirá a integração de espaços verdes e áreas de lazer. Assim, preservam-se as habitações e o sentimento de pertença dos residentes, enquanto se revitaliza o ambiente urbano, tornando-o mais sustentável e equilibrado.

Ação

Do ponto de vista ecológico, a renaturalização do vale poderia incluir a criação de um corredor verde que ligasse a zona ribeirinha ao Parque de Monsanto, promovendo a ligação ecológica e melhorando a qualidade ambiental. Este corredor verde, previsto no Plano de Urbanização de Alcântara e noutras propostas da Câmara Municipal de Lisboa, ajudaria a mitigar os efeitos da urbanização excessiva e contribuiria para a criação de uma rede de espaços verdes que beneficiaria não só o vale, mas também toda a cidade.

Para além da definição de uma estratégia de renaturalização de todo o vale, nesta tese é ensaiada uma hipótese de intervenção em edifícios concretos, que se poderia tornar um modelo de intervenção para outros, ao longo do vale.

Apesar de possuírem falhas em termos de qualidade construtiva e apresentarem limitações na integração com o tecido urbano, estes edifícios abrigam pessoas que já estabeleceram laços sólidos com o local, o que lhes confere um valor social significativo. Cerca de 3 000 residentes, realojados ao longo dos anos 1990, consideram este território como parte da sua identidade, e esta ligação deve ser preservada.

O conjunto, na Rua da Quinta do Loureiro, junto à Avenida de Ceuta, localiza-se num leito de cheia com declive praticamente nulo no eixo Norte-Sul e uma variação de apenas 1 a 2 metros no eixo Poente-Nascente. Esta hipótese de intervenção prevê a remoção das construções nos pisos térreo e primeiro andar de alguns blocos habitacionais para criar continuidade no percurso verde, integrando-o com as colinas adjacentes e facilitando novos atravessamentos pedonais e o fluxo natural do ar.

A libertação das cotas térreas permitirá a criação de novos espaços verdes e percursos pedonais, promovendo uma integração mais equilibrada entre o ambiente construído e o contexto natural envolvente. Ao eliminar parte das construções do piso térreo, será possível introduzir zonas ajardinadas e áreas permeáveis, que contribuem para a renaturalização do vale, facilitam a absorção das águas pluviais e mitigam os efeitos das alterações climáticas.

Para reforçar a articulação urbana, a proposta promove a criação de atravessamentos pedonais ao nível da cobertura, ligando os blocos habitacionais entre si e introduzindo duas pontes pedonais que ligam a Rua Costa Pimenta à Rua Casal Ventoso de Baixo [Figs. 53; 54]. Estes atravessamentos têm como objetivo colmatar a desarticulação causada pelas infraestruturas viárias, que segregam e fragmentam o vale, e restabelecer as ligações perdidas com o tecido urbano consolidado. Desta forma, o projeto promove uma maior integração e coesão territorial, minimizando o isolamento deste território e contribuindo para uma melhoria significativa da mobilidade pedonal e da qualidade do espaço público.

Com estas intervenções, espera-se não só revitalizar o ambiente urbano e criar novas áreas de convívio e lazer, mas também promover uma regeneração ecológica que traga um impacto positivo na saúde e bem-estar dos moradores, reforçando a sustentabilidade e a inclusão social no Vale de Alcântara.

Inspirando-se nos princípios de Lacaton & Vassal, a abordagem privilegia a preservação e o reforço das estruturas habitacionais atuais, minimizando demolições e intervenções disruptivas. A estratégia consiste em adicionar novas áreas habitacionais através de estruturas anexas, como os chamados «Jardins de Inverno», que proporcionam extensões habitacionais versáteis e multifuncionais.

Estas novas áreas não só aumentam a superfície útil das habitações, como também melhoram o conforto térmico e acústico, graças ao isolamento adicional que proporcionam. Ao permitir

a entrada de mais luz natural e ao oferecer uma transição fluida entre interior e exterior, estas estruturas criam novas dinâmicas espaciais que valorizam a paisagem envolvente e promovem uma maior interação com o território. As vistas sobre o Parque Florestal de Monsanto e a proximidade com a cidade consolidada conferem às habitações uma qualidade de vida acrescida, mantendo os residentes no seu local de pertença, mas com uma experiência habitacional mais enriquecida e adaptada às exigências contemporâneas.

A hipótese central desta tese defende uma abordagem de intervenção mínima nos edifícios de habitação social, preservando o máximo possível das estruturas existentes e promovendo a ampliação e modernização dos espaços. A estratégia passa por agregar novas áreas habitacionais, que acrescentem mais espaço e luminosidade aos apartamentos, ao mesmo tempo que respeitam a identidade e a história dos edifícios. Ao valorizar as memórias coletivas e as ligações sociais já estabelecidas, procura-se criar um ambiente que favoreça a continuidade das comunidades locais.

A maioria dos pisos habitacionais beneficiará da adição de uma nova área de uso pessoal, com exceção de duas fachadas situadas no lado poente dos edifícios [Figs. 48; 49]. Este novo espaço será composto por uma estrutura leve e pré-fabricada, anexa ao perímetro do conjunto habitacional. A estrutura modular, com 4 metros de largura, varia conforme o comprimento de cada edifício, mas nunca excede os 6 metros de profundidade. Esta adição foi pensada para criar um prolongamento das habitações, permitindo um espaço de transição multifuncional entre o interior e o exterior.

As novas fachadas serão constituídas por paredes em vidro, formadas por janelas de guilhotina de 0,80m de largura, que se estendem até ao limite das lajes, proporcionando uma abertura generosa para o exterior. A altura entre pisos mantém-se nos 2,8 metros [Fig. 50], garantindo uma sensação de amplitude e luminosidade nos espaços acrescentados. Este novo volume não só oferece áreas adicionais para atividades diárias, mas também melhora o conforto térmico e acústico das habitações existentes.

O espaço acrescentado funcionará como uma zona de transição que poderá ser adaptada a diferentes funções, como áreas de lazer, jardins de inverno ou varandas fechadas, permitindo aos residentes um maior usufruto das suas habitações e uma interação mais direta com o ambiente circundante.

A intervenção inclui a adição de elementos como fachadas de vidro e grandes aberturas, que permitem vistas desafogadas sobre o exterior e proporcionam uma relação mais próxima com a paisagem circundante. Além de melhorar o conforto térmico e visual das habitações, estas alterações aumentam a sensação de liberdade e a ligação com o ambiente exterior. A maior exposição e transparência dos espaços visam também reduzir o isolamento social e desencorajar comportamentos marginalizados, promovendo uma maior integração social e um sentido de pertença mais forte.

Paul Scheerbart, no seu ensaio «Experiência e Indigência»¹⁷, refere-se ao vidro como um material que, por natureza, é duro, liso e impenetrável. Descreve-o como frio e sóbrio, características que o tornam um «inimigo dos segredos» e um «inimigo da propriedade». Estas observações sugerem que o vidro, pela sua transparência e capacidade de expor tudo o que está do outro lado, anula a opacidade dos espaços e das estruturas, desnudando o que normalmente seria escondido e promovendo a visibilidade total.

Ao destacar que o vidro não permite que nada se cole a ele, Scheerbart sublinha a sua qualidade única de recusa à ocultação ou retenção de qualquer substância ou elemento. Esta característica faz do vidro um símbolo de pureza e de ausência de segredos.

dogma absoluto do «*never demolish*» (nunca demolir) para adotar uma perspetiva mais flexível: «*almost never demolish*» (quase nunca demolir). Tal como sugere o arquiteto Nuno Mateus na entrevista concedida à UAL em junho de 2024, o enunciado «*never demolish*» é uma afirmação categórica que, ao ser aplicada de forma rígida, impede a análise criteriosa dos valores e contextos em que a demolição pode ser uma solução legítima. Neste sentido, Mateus considera que o princípio «*never demolish*» pode ser interessante e contemporâneo, mas defende uma abordagem mais equilibrada, como o «*almost never demolish*», que permite maior flexibilidade no processo de decisão.

A proposta da tese enquadra-se precisamente nesta perspetiva: em vez de adotar uma postura inflexível de preservação total, sugere-se a demolição mínima e a requalificação criteriosa, intervindo apenas onde necessário para melhorar as condições de habitabilidade e revitalizar o espaço urbano. Esta abordagem, que valoriza a preservação da história e das memórias associadas aos edifícios, permite conciliar a manutenção das estruturas existentes com a

¹⁷ BENJAMIN, Walter - *Selected writings*. Vol. 2, 1927 - 1934. [em linha] Edited by Michael W. Jennings, Howard Eiland, and Gary Smith. Cambridge, Massachusetts, london: The belknap press of harvard university press. England: (1999). pp. 733, 734 [consult. 17 junh. 2024] Disponível em: <https://www.are.na/block/551690>

adaptação às exigências contemporâneas. Ao mesmo tempo, a intervenção seletiva contribui para a sustentabilidade, reduzindo o desperdício de recursos e minimizando o impacto ambiental de uma demolição extensiva.

Fig. 21 - Plantas de construção existente - Piso Térreo

Fig. 22 - Plantas de construção existente - Piso 2 a 5

Fig. 23 - Plantas de construção existente - Piso 6

Fig. 24 - Axonometria Geral de construção existente.

Fig. 25 - Axonometria - construção existente piso 2 mais acréscimo de «Jardins de Inverno»

Fig. 26 - Axonometria - proposta piso 2 mais reorganização de fogos existentes.

Fig. 27 - Planta proposta, piso térreo e primeiro piso

Fig. 28 - Planta proposta, piso 2 a piso 7

Fig. 29 - Planta de Cobertura

Fig. 30 - Proposta de implantação - Axonometria Geral

Fig. 31 - Proposta de implantação, alçado Poente - Nascente.

Fig. 32 - Corte Sentido Norte - Sul

Fig. 33 - Corte Sentido Poente - Nascente, entrada de luz

Fig. 34 - Corte Sentido Poente - Nascente, circulação de ar

Fig. 35 - Corte Poente, Nascente

Fig. 36 - Corte Poente, Nascente - Existente + Anexo

Fig. 37 - Detalhes construtivos

Fig. 38 - Axonometria explodida geral de proposta

Fig. 39 - Planta proposta de cobertura

Fig. 40 - Axonometria - ligação à rua Casal Ventoso de Baixo

Fig. 41 - Axonometria - ligação à rua Maria Pia

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigos de periódicos:

BALDIOS, Arquitectos Paisagistas - *Corredor Estruturante, Vale de Alcântara Unidade de Projecto da Avenida de Ceuta* [em linha]. CML, (Fev. 2019), pp. 2-4 [consult. 17 junh. 2024] disponível em:

https://lisboaparapessoas.pt/wp-content/uploads/2021/08/ciclovიაavenidaceuta_md.pdf

CIRA Arqueologia - *Vila Franca de Xira: Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira*, n.º 6, p. 181, 182. [consult. 17 junh. 2024]. Disponível em:

<https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/document/file/2190/6.pdf>

MENDES, Teresa Marat - *Do Aqueduto de Lisboa aos novos vazios* [em linha]. Lisboa (Julho 2007) pp. 2-14 [consult. 17 junh. 2024]. Disponível em:

https://www.academia.edu/182898/Do_Aqueduto_de_Lisboa_aos_novos_Vazios

TELLES, Gonçalo Ribeiro - *Plano verde, estruturas ecológicas e componentes ambientais*. [em linha]. CML, (2001), pp. 9-13. [consult. 17 junh. 2024]. Disponível em:

<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/24859/1/Plano%20verde.pdf>

TORRES, Carlos Manitto – *A evolução das linhas portuguesas e o seu significado ferroviário*. *Gazeta dos Caminhos de Ferro*. Nº. 1682 [em linha]. Lisboa, (janeiro 1958), pp. 61-62. [consult. 17 junh. 2024]. Disponível em:

https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/GazetaCF/1958/N1682/N1682_master/GazetaCFN1682.pdf

Dissertações:

SANTOS, Ana Isabel Figueiredo - *Desenhar a paisagem global*. Évora, 2018. Relatório de Estágio, apresentado à Escola de Ciências e Tecnologia, departamento de paisagem, ambiente e ordenamento, Mestre em Arquitectura Paisagista (polic.^a). [consult. 17 junh. 2024]

Disponível em:

<https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/23281/9/Mestrado%20-%20Arquitetura%20Pai>

sagista%20-%20Ana%20Isabel%20Figueiredo%20dos%20Santos%20-%20Desenhar%20a%20paisagem%20global.pdf

SARAIWA, Francisco Serrano Dias Plantier - *O Vale de Alcântara: O conflito na transformação da paisagem*. Lisboa, 2015. Projecto final para obtenção de Mestre em Arquitectura Paisagista, apresentado ao Instituto Superior de Agronomia Universidade de Lisboa (polic.^a). pp. 28. [consult. 17 junh. 2024] Disponível em: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/14806/1/Tese_Vers%C3%A3o%20Final.pdf

ALBUQUERQUE, Leonor Cheis de Sousa - *Estudo da paisagem do Vale de Alcântara*. Évora, 2014. Projecto final para obtenção de Mestre em Arquitectura Paisagista, apresentado à Universidade de Évora (polic.^a). [consult. 17 junh. 2024] Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/12109>.

PEREIRA, Joana Rita Santos - *Fragmentação e conexão urbana na cidade contemporânea*. Lisboa, 2017. Projecto final para obtenção de Mestre em Arquitectura, apresentado à Faculdade de Arquitectura Universidade de Lisboa (polic.^a). [consult. 17 junh. 2024] Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/13658>

PISTOLA, Renato Bogalho - *Alcântara, A Evolução Industrial De Meados Do Século XIX Ao Final Da I.ª República*. Lisboa, 2009. Dissertação de Mestrado em História, apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (polic.^a). [consult. 17 junh. 2024] Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281813595_Alcantara_A_Evolucao_Industrial_De_Meados_do_Seculo_XIX_ao_Final_da_Ia_Republica.

VALE, João Filipe Guerreiro - *Habitar o vale. Alcântara como caso de estudo*. Lisboa, 2024. Projecto final para obtenção de Mestre em Arquitectura, apresentado à Universidade Autónoma de Lisboa (polic.^a).

LOPES, Maria Arez - *Valsa d'água. do espaço público ao doméstico: desenhar para o conforto climático e coesão social*. Lisboa, 2023. Projecto final para obtenção de Mestre em Arquitectura, apresentado à Universidade Autónoma de Lisboa (polic.^a).

MARQUES, Beatriz Rosa de Abreu Pereira - *O vale de Alcântara como caso de estudo. Evolução da morfologia urbana*. Lisboa, 2009. Projecto final para obtenção de Mestre em

Arquitectura, apresentado à Universidade Técnica de Lisboa (polic.^a). [consult. 17 junh. 2024]
Disponível em: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395138367729/dissertacao.pdf>

CANGOLO, Luis Braulio Ganga - *A infraestrutura hídrica como elemento de desenho do espaço produtivo, O caso do Vale de Alcântara*. Lisboa 2023. Projecto final para obtenção de Mestre em Arquitectura, apresentado à Universidade Autónoma de Lisboa (polic.^a). [consult. 17 junh. 2024] Disponível em:
<https://repositorio.ual.pt/entities/publication/dbb8dc70-8a23-4666-a4b0-6de2795a8b32>

Livros/Monografias:

BENJAMIN, Walter - *Selected writings*. Vol. 2, 1927 - 1934. [em linha] Edited by Michael W. Jennings, Howard Eiland, and Gary Smith. Cambridge, Massachusetts, london: The belknap press of harvard university press. England: (1999). pp. 733, 734 [consult. 17 junh. 2024]
Disponível em: <https://www.are.na/block/551690>

Grandes Problemas de Lisboa: Caneiro de Alcântara. Revista Municipal [em linha]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. n.º 27 (1945), p. 46. [consult. 17 Jun. 2024]. Disponível em:
https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/obras/RevMunicipal/N27/N27_master/N27.pdf.

El Croquis 177/178 - Lacaton & Vassal 1993-2015 Post Media Horizon: horizonte post-mediático (2015)

SILVA, Augusto Vieira da – *Os Limites de Lisboa*. Revista Municipal. N.º 5 [em linha]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Ano 11, (1941). [consult. 17 junh. 2024] Disponível em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N5/N5_item1/P7.html

SILVA, Augusto Vieira da — *A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças*. Olisipo: Boletim do grupo «Amigos de Lisboa». N.º 18 [em linha]. Lisboa: Amigos de Lisboa. Ano V, (abril 1942), pp. 63-95. [consult. 17 junh. 2024]. Disponível em:
https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Olisipo/1942/N18/N18_item1/P7.html.

SILVA, Augusto Vieira da – *Biblioteca de estudos olisiponenses. Dispersos*. Volume I [em linha]. Lisboa, (1968). [consult. 17 junh. 2024]. Disponível em:
https://geo.cm-lisboa.pt/fileadmin/GEO/Imagens/GEO/Livro_do_mes/Vieira_da_Silva/Dispersos/MON_69-P_PART_01.pdf

Sítios na internet:

LISBOA, Câmara Municipal - *Corredor Verde Estruturante do Vale de Alcântara*. [em linha].

Lisboa, 2024, atual. 2024. [consulta. 17 Junh. 2024] Disponível em:

<https://www.lisboa.pt/temas/ambiente/estrutura-ecologica/corredores-verdes>

HARROUK, Christele - *Anne Lacaton e Jean-Philippe Vassal recebem o Prêmio Pritzker*

2021 [em linha]. Archdaily, 2021, atual. 2021. [consulta. 17 Junh. 2024] Disponível em:

<https://www.archdaily.com.br/br/958584/anne-lacaton-e-jean-philippe-vassal-recebem-o-premio-pritzker-2021>

LISBOA, Câmara Municipal - *Encontro de Urbanismo ciclo de conferências. Vale de*

Alcântara [em linha] Lisboa: Youtube, 2023, atual. 2023. [consulta. 17 Junh. 2024]

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uCk6qdKMP80>

RTP, Arquivos - *Entrevista com o arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles sobre as cheias de 1967*

em 1973 04 12 [em linha] Lisboa: Youtube, 2017, atual. 2017. [consulta. 17 Set. 2024]

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I4lSw3KjTIs>